

## AJUSTE

# Covas defende controle das contas federais

370

*De qualquer forma, ele acha que Estados serão atingidos e sugere um diálogo com a oposição*

SILVIO BRESSAN

O ajuste fiscal deve servir, em primeiro lugar, para o governo federal arrumar a própria casa. Esta é a avaliação do governador reeleito de São Paulo, Mário Covas (PSDB), que depois da vitória sobre o ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) tornou-se um dos interlocutores mais importantes entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e a oposição. "Não sei se haverá cota de sacrifícios para os Estados", comenta o governador tucano. "No primeiro instante serão medidas ligadas ao governo federal."

De qualquer forma, Covas acha que os Estados serão atingidos. "Se você tiver medidas recessivas, em São Paulo é um desastre", avalia nesta entrevista exclusiva ao Estado. O governador até admite rever metas do seu plano de governo, como a ampliação da rede de saneamento e os investimentos em estradas vicinais. Por isso mesmo, Covas defende um maior diálogo do governo com a oposição e até se dispõe a ajudar nessa tarefa. "Se tiver de servir para essa aproximação, estou perfeitamente disponível", avisa.

**Estado - O senhor tem dito que prefere um ajuste pelo lado da despesa e não pelo da receita. Como se faz isso na prática?**

Mário Covas - Ajuste é ter a saudável preocupação de se gastar apenas o que se arrecada. Como você empata receita e despesa? Só tem três maneiras: aumenta a receita, diminui a despesa ou faz as duas coisas. Sem aumentar imposto, aumentar a produtividade da arrecadação. Do outro lado, você faz as duas coisas e faz melhor. Em São Paulo se cortou tudo o que era supérfluo.

**Estado - E como se aumenta a receita sem mais impostos?**

Covas - Com eficiência na arrecadação, como a informatização. O que antigamente você levava seis meses para cobrar e arrecadar, hoje você leva alguns dias. Nessa área, há sempre progressos

a ser feitos. Você precisa também manter a fiscalização. No final, tivemos 37% de aumento da receita. Por outro lado, nesse período a despesa aumentou em apenas 7%. A partir daí, só vai gastar o que tiver. Agora, também há limites para isso. Tem muitos recursos que são vinculados já no Orçamento e você não pode mexer. Mas nós conseguimos sanear dívidas, reduzir em 50% o custeio e melhorar a arrecadação.

**Estado - A renegociação da dívida também foi importante nesse ajuste em São Paulo?**

Covas - A renegociação também nos garantiu um orçamento equilibrado. Sem ela, pagaríamos R\$ 1,3 bilhão por mês. A renegociação nos deu tranquilidade para pagar R\$ 250 milhões mensais. É muito? Bom, se não fizesse, seria muito mais. E a dívida de São Paulo parou de crescer.

**Estado - Se São Paulo já fez tudo isso, que contribuição o Estado ainda pode dar?**

Covas - Você não fará exigências para São Paulo desse tipo. As exigências vão decorrer de fatos, como uma eventual redução da atividade econômica. Isso gera efeitos imediatos na diminuição no lado da receita.

**Estado - E o que o senhor vai fazer se a arrecadação cair?**

Covas - Se a arrecadação começar a cair não tem jeito, é aritmética, não escapatória. O problema é saber, se você tiver de fazer coisas como

essa, pode dispor de aumentar imposto? Acho muito difícil. Você precisa olhar do outro lado. Não é nem que não quero. A economia não tem como suportar. Não tem lógica. Não conheço nenhuma teoria econômica, nenhum economista ou administrador razoável que acha que a solução é aumentar imposto. Em determinadas circunstâncias, o mal que pode acontecer é de tal ordem que aumentar imposto passa a ser menos mal. Mas não quero dizer que esse seja o caso. Se eu for aumentar imposto, mais gente vai perder emprego.

**Estado - Então, qual é a saída para esse problema?**

Covas - Se você não tiver alternativa, tem de procurar um jeito.



'Na guerra, as pessoas esquecem divergências e é o momento para isso'

Você precisa operar no sentido de onerar o menos possível o que mais precisa.

**Estado - O senhor acha que São Paulo poderia fazer mais sacrifícios para ajudar no ajuste?**

Covas - Nem sei se haverá cota de sacrifícios. A minha primeira impressão é que o governo, no primeiro instante, vai cuidar da própria casa. É claro que para a União é mais complicado do que nos Estados. Tem a dívida muito grande e parâmetros que o Estado não movimenta: câmbio e taxa de juros. Não creio que o governo federal baixe normas que impliquem os governos estaduais atuarem desta ou daquela maneira. Ele pode dizer: não empresto dinheiro se os Estados apresentarem tal situação. Tudo bem, é razoável que todos façamos um esforço. Agora, não vejo uma regra dizendo que todos são obrigados a fazer um xis por cento de sacrifícios. Quem tiver déficit não vai ter empréstimo nenhum. Tudo bem. No primeiro instante serão medidas ligadas ao governo federal.

**Estado - Mas essas medidas não poderiam prejudicar os Estados?**

Covas - Claro que sim. Se você tiver medidas recessivas, aqui em São Paulo é um desastre. Aqui no Estado a economia é mais forte. Tem mais efeitos no desemprego, já que aqui você tem mais empregados. Além disso, você tem a região metropolitana de São Paulo com problemas estruturais. Não dá nem para dizer neste instante que, se o governo federal não fizesse nada, ainda assim não seríamos afetados. Hoje o Estado acompanha isso instantaneamente.

**Estado - O senhor pode rever algumas metas do seu plano de governo? Como a meta de 250 mil novas casas em quatro anos?**

Covas - É lógico. As 250 mil casas dependem da arrecadação, mas acho que tem quatro anos para recuperar e ter menos prejuízos. A área de saneamento básico só tem a dificuldade de você fechar o mercado de financiamento. Nesse caso, a Sabesp fará investimentos de acordo com a sua recei-

ta. Por outro lado, estradas vicinais também dependem da receita do Estado. Se você tiver de cortar, tem de escolher criteriosamente.

**Estado - Na sua hierarquia, qual é a prioridade número um? Projetos sociais, como a erradicação do analfabetismo e o médico de família (Qualis) podem ser prejudicados?**

Covas - Não tenho nem como cortar esses programas. O Qualis é tão significativo que não tem como. Mas você tem outros instrumentos, como a não substituição de aposentados, a parceria com organizações sociais em algumas áreas. É mais interessante para o Estado pagar a diferença entre o que o hospital recebe do SUS e o que custa o hospital do que manter o pessoal. Pode fazer isso também na área cultural.

**Estado - A reforma do seu secretariado já vai seguir a reforma do Estado, com menor número de secretarias?**

Covas - A reforma do Estado é uma coisa mais ampla do que a redução do número de secretarias. O fundamental é a readequação da máquina. Mas não sei se a faremos agora.

**Estado - O seu novo secretariado vai refletir os apoios que o senhor teve na campanha?**

Covas - Todos os partidos que me apoiaram na eleição não me pediram nada. Mas se você ler corretamente o resultado eleitoral, tem de levar isso em conta. Uma das razões por que a gente faz a eleição é para ter uma medida do que o povo está pensando.

**Estado - Esse recado das urnas não foi para que o seu governo caminhe mais do centro para a esquerda?**

Covas - Tenho consciência de que meu governo foi muito voltado para o social do que os antecessores. Mas acho que o recado principal do eleitor foi de que tipo de parceiro deve ser escolhido. E isso vale inclusive nacionalmente. O próprio voto no Fernando Henrique apontou nessa direção. O povo votou na manutenção do governo, na continuação da obra. Mas ao mesmo tempo, achou que esse

governo deve estar atento e mudar um pouco sua resultante.

**Estado - O que isso significa?**

Covas - Nesse instante, as condições favorecem muito uma grande discussão. Você precisa ser parceiro. Há algumas coisas que são convergências. Você tem diferenças ideológicas. Mas em relação a que o País avance, que a riqueza se construa, que melhore a qualidade de vida, ninguém é contra. Cada um tem um método diferente. Então em certas circunstâncias, quando o país está sob ameaça, algum tipo de consenso você tem de buscar. Você precisa de uma montagem mais nacional.

**Estado - O senhor poderia ser um interlocutor?**

Covas - É presunção uma colocação dessas. Ouvi que o Ronaldo Lessa (eleito governador de Alagoas pelo PSB) poderia me pedir para conversar com o presidente. Se ele quiser, posso aproximá-lo do presidente. Isso não significa concessão, acho que o presidente terá interesse em falar com ele. Não precisa de in-

termediários, mas se tiver de servir para fazer essa aproximação, estou perfeitamente disponível.

**Estado - Isso significa uma nova maioria no Congresso e uma reforma ministerial?**

Covas - Não é maioria no Congresso nem mudança no Ministério. Trata-se de discutir a ampliação na federação de uma crise que está aí para todo mundo. Você pode até continuar na oposição, mas há certos problemas que exigem uma participação mais ampla do que os companheiros de governo. E há certas situações que tornam mais fácil acontecer.

**Estado - Mas como isso acontece na prática?**

Covas - Vou exemplificar. Na ditadura, ficou todo mundo de um lado sem discutir o que pensava, porque tinham um adversário em comum. Deixaram para fazer sua briga depois que se garantiu a democracia. Diante de um certo perigo, é natural que a nação tenha um grau de unidade maior para superar o problema que passa a ser fundamental. Na guerra as pessoas esquecem suas divergências. E esse é o momento que se presta para uma abordagem desse tipo.

**O ELEITOR  
ACHOU QUE  
O GOVERNO  
DEVE MUDAR**